Parte I: Das origens a aliança nacional libertadora (ANL)

Antônio Maciel Bonfim ou “o célebre Miranda”: entre a história e a memória

Raimundo Nonato Pereira Moreira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MOREIRA, R.N.P. Antônio Maciel Bonfim ou “o célebre Miranda”: entre a história e a memória. In: SENA JÚNIOR, C.Z., ed. *Capítulos de história dos comunistas no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 77-93. ISBN: 978-85-232-1873-7. <https://doi.org/10.7476/9788523218737.0006>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Antônio Maciel Bonfim ou “o célebre Miranda”: entre a história e a memória

Raimundo Nonato Pereira Moreira

O presente trabalho objetiva investigar a formação política e a trajetória intelectual de Antônio Maciel Bonfim, codinome *Miranda*, militante revolucionário e secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PCB) entre os anos de 1934 e 1936. A partir deste escopo, o artigo discute interpretações historiográficas e problematiza elaborações da memória comunista relacionadas à presença de Bonfim na direção do PCB. Ademais, mediante a pesquisa em fontes documentais e jornalísticas, identificou-se evidências históricas relacionadas ao percurso do ativista, na perspectiva de uma compreensão mais abrangente acerca da sua biografia. A propósito, destaque-se que o “célebre Miranda”, personagem complexo da história das organizações de esquerda brasileira, ainda não foi objeto de uma investigação histórica específica. Portanto, identificar e deslindar novos indícios que dizem respeito ao revolucionário traz aportes significativos para os estudos históricos contemporâneos, sobretudo, no que diz respeito à formação dos quadros comunistas na década de 1930. A indagação fundamental que orienta o trabalho é: a partir de quais elementos se cristalizou, na memória comunista e na historiografia das organizações de esquerda, uma imagem negativa de Antônio Maciel Bonfim, responsabilizado pelo fracasso do movimento de novembro de 1935 e estigmatizado como delator dos companheiros e traidor do Partido?

AS ARTIMANHAS DE CLIO

A história do Partido Comunista do Brasil – denominado Partido Comunista Brasileiro a partir de agosto de 1961 – aparece como uma das linhas de força da historiografia contemporânea. Assim, os acontecimentos relacionados à acidentada trajetória da referida organização tem atraído o interesse renovado de historiadores, sociólogos, cientistas políticos e jornalistas, dentre outros profissionais das ciências humanas. Conforme assinalou José Antônio Segatto, uma profusão de materiais acadêmicos – teses, artigos, livros, memórias, coletâneas de documentos, etc. – têm sido elaborados e publicados. “Alguns desses trabalhos enfocam a história desse partido de uma forma global, outros abordam aspectos específicos ou períodos delimitados. Há ainda inúmeros outros que, analisando a história sócio-política nacional, tratam direta ou indiretamente do PCB”.¹

Faz-se necessário destacar que o partido foi institucionalizado por um congresso de fundação, que reuniu nove delegados, representando 73 membros, espalhados pelo país, realizado na cidade de Niterói, em 25 de março de 1922. Logo, após a sua criação, o PCB registrou-se legalmente como entidade civil, com sede pública. Mas, em 5 de julho de 1922, na esteira da revolta do Forte de Copacabana e da decretação do estado de sítio, o Presidente Epitácio Pessoa (1918-1922) determinou o fechamento do partido, muito embora, o PCB não estivesse envolvido na quartelada.

Portanto, até 1945, os comunistas experimentaram apenas um curto lapso de existência legal, de janeiro a agosto de 1927. Nas décadas que se seguiram, a mais antiga agremiação política brasileira alternou uma brevíssima quadra de legalidade (1945-1947) à longa era de clandestinidade, na qual os seus militantes foram perseguidos, presos, torturados e mortos. Finalmente, em 1985, os comunistas recobram o direito à livre organização partidária.²

No curso dos últimos 40 anos, a história do PCB transformou-se em um campo de encarniçadas batalhas ideológicas e provocou incomensuráveis controvérsias historiográficas, das quais participam intérpretes brasileiros e estrangeiros.³ Por outro lado, antigos quadros comunistas

1 SEGATTO, J. A. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 15.

2 Cf. DEL ROIO, M. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDENTI, M.; REIS, D. A. (Org.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007. p. 11-72. v. 5; RODRIGUES, L. M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, B. et al. *O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1993. p. 361-443 v. 3; ZAIDAN FILHO, M. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

3 BRANDÃO, G. M. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista, 1920-1964*. São Paulo: Hu-

elaboram, com particular ênfase, as suas memórias, nas quais buscaram um acerto de contas com diversas questões do passado relacionadas à militância revolucionária.⁴ A propósito, uma época mereceu a atenção particular dos pesquisadores e memorialistas: a década de 1930. No período em questão, o PCB realizou alterações de curso nas suas concepções táticas e estratégicas; assistiu ao ingresso em suas fileiras do capitão Luiz Carlos Prestes (1898-1990), acompanhado por outros militares de esquerda; agregou-se à luta antifascista, atuando no interior da Aliança Nacional Libertadora (ANL); e participou das insurreições de novembro de 1935, sofrendo violenta repressão que se abateu sobre os dirigentes e a militância.⁵ E, ainda neste período, ingressou no partido um obscuro ativista, que, em curtíssimo lapso de tempo, tornou-se uma lenda no imaginário dos comunistas brasileiros.

Antônio Maciel Bonfim nasceu no município de Irará, estado da Bahia, em 10 de fevereiro de 1905, filho dos camponeses João Mathias do Bonfim e Maria Maciel Bonfim. Com muito esforço, o jovem Bonfim conclui o ensino secundário em uma escola religiosa e trabalhou como professor contratado da Companhia de Petróleo Anglo-Mexicana. Em abril de 1930, conforme declarações do general João de Oliveira Freitas, Antônio

citec, 1997; CARONE, E. *O PCB, 1922-1943*. São Paulo: Difel, 1982a. v. 1; Id. *O PCB, 1943-1964*. São Paulo: Difel, 1982b. v. 2; CHILCOTE, R. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1974)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982; DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977; Id. *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985; PANDOLFI, D. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995; SENA JÚNIOR, C. Z. de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil 1936-1948*. São Paulo: Annablume, 2009.

- 4 BARATA, A. *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978; BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: AlfaOmega, 1976; Id. *História sincera da República: de 1930 a 1960*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985. v. 3; BEZERRA, G. *Memórias: primeira parte: 1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; BRANDÃO, O. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978; CAVALCANTI, P. *O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978; FALCÃO, J. *O partido comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000; GOMES, A. de C.; FLAKSMAN, D. R.; STOTZ, E. (Coord.). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988; LACERDA, C. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987; LIMA, H. F. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982; MORAES, D. de; VIANA, F. *Prestes: lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Maud, 1997; OLIVEIRA FILHO, M. *Praxedes, um operário no poder*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985; VINHAS, M. *O Partidão. A luta por um partido de massas: 1922-1974*. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- 5 MORAIS, F. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; PRESTES, A. L. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1998; VIANNA, M. de A. G. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007a; Id. *O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935*. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b. p. 63-105. (O Brasil Republicano, livro 2); WAACK, W. *Camara-das: nos arquivos de Moscou. A história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Maciel abandonou o posto na empresa e atuou como elemento de ligação no Rio de Janeiro entre os militares que deflagraram a Revolução de 1930 e os conspiradores da Bahia. Em seguida, descontente com os rumos das articulações que resultaram no movimento de outubro, aderiu à Liga de Ação Revolucionária (LAR), agrupamento criado por Prestes, na esteira do lançamento do Manifesto de Maio, sob o influxo de alguns intelectuais brasileiros, dentre eles os trotskistas Mário Pedrosa (1900-1981) e Aristides Lobo (1905-1968), em julho do mesmo ano, na Argentina. De algum modo, ainda não suficientemente aclarado pelos estudiosos da temática, o militante baiano estabeleceu contato com o “Cavaleiro da Esperança” ou outro expoente da organização, vinculando-se ao programa do grupo prestista. Sem prejuízo para uma investigação mais consistente, parece que o sertanejo de Irará adentrou na vida do comandante da “Invencível Coluna” muito antes do que, nas décadas seguintes, “O Velho” esteve disposto a admitir. Antônio Maciel Bonfim foi um dos criadores da LAR e discutiu com Prestes e Silo Meirelles (1900-1957) o manifesto inicial do grupo. Em seguida, atuou alguns meses como secretário da liga na Bahia, até a sua dissolução e o rompimento com o líder, em dezembro de 1930.⁶

Após a liquidação do agrupamento prestista, Antônio Maciel Bonfim procurou ingressar no PCB, conseguindo o seu intento em 1932. A partir daí, iniciou uma ascensão meteórica na estrutura partidária, galgando posições intermediárias, até chegar à secretaria-geral, em julho de 1934. Na direção, passou a ser conhecido pela alcunha de Miranda, mas também adotou os codinomes *Adalberto de Andrade Fernandes*, *Américo de Carvalho*, *Américo*, *Queiroz e Tavares*. Ao longo dos dias 16 a 28 de outubro de 1934, o trágico drama do personagem elevou-se aos píncaros da glória, delegado à Terceira Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe, realizada em Moscou, o revolucionário baiano, discorreu em francês acerca da conjuntura brasileira, impressionado o dirigente máximo da Internacional Comunista, Dimitri Manuïlski (1883-1959). Os informes apresentados pela direção do PCB apontavam para a existência de uma situação revolucionária no Brasil.

A partir dos encontros de Moscou, o *Komintern* deliberou pelo retorno de Prestes ao Brasil e o envio de um grupo de assessores – dentre os quais Arthur Ewert (1890-1959), Rodolfo Ghioldi (1897-1985) e Olga Benário

6 CARONE, E. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL, 1978. p. 328-332; Id. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 233-234; RODRIGUES, 2009, p. 370; VIANNA, 2007, p. 71, 112-115; WAACK, 1993, p. 65; OS PRODROMOS da Revolução na Bahia. As interessantes declarações do general João de Oliveira Freitas. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 26 jan. 1931.

(1908-1942) –, que auxiliaria os comunistas locais nos preparativos para a tomada do poder. Com o fracasso dos levantes de novembro de 1935, Antônio Maciel Bonfim foi preso, em 13 de janeiro do ano seguinte, juntamente com a consorte, Elvira Cupelo Colônio, conhecida como *Elza Fernandes*. Como destacou Marly Vianna, o secretário-geral, não obstante da tortura, adotou diante da polícia a estratégia de confirmar tudo o que ela já soubesse e de se calar no que pudesse fornecer novos elementos. Na prisão, Miranda, amargou a desconfiança dos companheiros e soube da morte de Elza, executada pela direção partidária, que obedeceu a uma determinação de Prestes. Ao que parece, somente após tomar conhecimento do assassinato da esposa passou a colaborar com a repressão.⁷

Acusado do crime de subversão comunista, Antônio Maciel Bonfim foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) a 4 anos e 4 meses de reclusão, em 5 de maio de 1937. O recurso de apelação impetrado pelo seu defensor foi julgado pelo Supremo Tribunal Militar (STM), que confirmou a sentença do TSN quanto à condenação dos líderes do movimento de novembro de 1935, em 13 de setembro de 1937. Transferido para o prisão de Fernando de Noronha, em 13 de dezembro de 1938, retornou ao Rio de Janeiro, em 29 de março de 1940, para tratamento de saúde, no Presídio da Ilha Grande. Finalmente, após 4 anos, 6 meses e 6 dias de encarceramento, Miranda foi libertado, em 19 de julho de 1940.⁸ Conforme afiançou Marly Vianna, sofria de tuberculose, perdera um rim, em virtude dos espancamentos, e estava na mais absoluta miséria. Edmundo Moniz (1911-1997) ainda conseguiu um emprego de revisor em um jornal para o antigo dirigente. Segundo alguns estudiosos, Antônio Maciel Bonfim retornou para a Bahia, pouco tempo depois.⁹

AS ARMADILHAS DE MNEMOSINE

Considerando o percurso biográfico, não é surpreendente que a imagem de Miranda tenha sido objeto de intensas controvérsias, tanto nas obras de cunho memorialístico, quanto nos estudos históricos sobre as organizações revolucionárias na primeira metade do século XX. A propósito,

7 VIANNA, 2007a, p. 145-152, 382, 395.

8 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo: Polícias Políticas (POL. POL.). Série: Comunismo. Prontuário GB 1890. Polícia Civil do Distrito Federal - DESPS - Antonio Maciel Bonfim ou Adalberto de Andrade Fernandes ou Américo de Carvalho vulgo *Miranda*. Anotações diversas, p. 3-4.

9 Cf. MORAIS, 2008, p. 299; VIANNA, 2007a, p. 395-369; WAACK, 1993, p. 346.

Leôncio Martins Rodrigues destacou que a atuação de Antônio Maciel Bonfim como secretário-geral do PCB foi apresentada de diferentes maneiras. Assim, Afonso Henriques, diretor tesoureiro da ANL, afirmou que Bonfim era um agente provocador a serviço de Getúlio Vargas. Sob essa perspectiva, Elza Fernandes era inocente das insinuações de delação e o “verdadeiro traidor” seria o dirigente comunista. Por outro lado, segundo a versão exposta por um militante de esquerda “arrependido”, o capitão Davino Francisco dos Santos, Miranda rompeu com o PCB após o encarceramento e teria decidido colaborar com a polícia em Fernando de Noronha, depois de ser convencido que o partido era o responsável pela morte da companheira.¹⁰

Em suas memórias, os militantes comunistas Agildo Barata (1905-1968) e Gregório Bezerra (1900-1983) também delinearam um perfil negativo de Antônio Maciel Bonfim, sem, contudo, apresentá-lo como um agente da repressão policial. Ao contrário, o também ativista e historiador Leôncio Basbaum (1907-1969) destacou que, nos idos de 1940, o antigo secretário-geral, durante o breve período em que esteve preso no Rio de Janeiro, egresso de Fernando de Noronha, declarou haver denunciado “todos de quem se lembrava”. Da mesma forma, o escritor Graciliano Ramos (1892-1953) elaborou uma descrição arrasadora do dirigente “[...] inconsistência, fatuidade, pimponice. Vivia a mexer-se, a falar demais, numa satisfação ruidosa, injustificável. Incrível haver ganho [sic] fama, inspirado confiança e admiração”. Conforme o romancista, Miranda sabia dizer tolices com terrível exuberância e se lhe faltava a expressão, afirmava a torto e a direito, desprezando o contexto, vago e empavonado: “Isto é muito importante”. Graciliano Ramos, autor do livro *Memórias do Cárcere* (1953), insinuou que o secretário era um delator, pois revelara, em alto e bom som, a estranhos, aos faxineiros e aos guardas da prisão, o codinome de uma militante. Finalmente, segundo o jornalista Carlos Lacerda (1914-1977), militante comunista na juventude e expoente da direita União Democrática Nacional (UDN) durante a Quarta República, Miranda era “‘um homem humilde’, ‘um bom sujeito’, e alcançou a secretaria-geral graças ao ‘proletariado’ [sic] dos militantes comunistas, que desejavam ‘um sujeito vindo de baixo, não um intelectual’”¹¹ na condução do partido.

10 RODRIGUES, 2009, p. 379-380; SANTOS, F. D. dos. *A marcha vermelha*. São Paulo: Saraiva, 1948. p. 479-484.

11 Cf. BEZERRA, 1982, p. 283-284; BARATA, 1987, p. 230-232; BASBAUM, 1976, p. 174; RAMOS, G. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 1982. v. 1, p. 283-285; LACERDA, 1987, p. 37.

Ainda no que concerne às reminiscências elaboradas pelos antigos quadros comunistas, Leôncio Basbaum delineou, com tintas fortíssimas, um perfil nada condescendente do “famigerado Américo [sic] Maciel Bonfim, aventureiro típico que, conforme se soube depois do levante de 27 de novembro de 1935, era agente da polícia”. Basbaum recordou que, no início de 1932, a direção do PCB recebeu uma “estranha carta do Paraná”. Na missiva, um antigo e desconhecido integrante da LAR dizia ter sido preso na Bahia e deportado para o Uruguai, mas conseguira fugir dos captores e se encontrava homiziado no Paraná. Na carta, “Américo [sic] Maciel Bonfim” solicitou ajuda e manifestou o desejo de ingressar nas fileiras comunistas. Os dirigentes, tendo em vista a herança prestista do requerente, arquivaram a mensagem e não tardaram a esquecer-se do assunto. No mesmo ano, Basbaum conheceu o ativista baiano quando estiveram encarcerados no Presídio da Ilha Grande. Os militantes comunistas mantiveram o estranho, que reputavam como agente policial “congelado” durante alguns dias. Mas, conforme o autor de *Uma vida em seis tempos*, o homem era “bom de bico”, bem falante, e logo conquistou a confiança de muitos dos companheiros. Em novembro de 1932, após “uma fuga suspeita” da prisão, empreendida na companhia de alguns militantes, o “aventureiro” estabeleceu relações com o comitê central do partido, ganhando a confiança dos dirigentes e um cargo de assessor. Em 1933, ingressou no comitê e, na Conferência Nacional, realizada em 1934, foi eleito secretário-geral, cumprindo a mais rápida e surpreendente carreira política. Segundo Basbaum, Miranda, anos mais tarde, depois da fracassada quartelada de novembro de 1935, já preso, denunciou a todos os membros do Comitê Central do PCB, “inclusive a presença e os respectivos nomes e pseudônimos, de comunistas estrangeiros no país”.¹² Ainda conforme o autor, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1889-1956) revelou que, em 1934, o governo federal já sabia da chegada de Luiz Carlos Prestes ao Brasil “e essa ciência lhe teria sido dada pelo próprio secretário do PCB, Miranda”.¹³

Conforme discutido em um trabalho anterior, os depoimentos de Luiz Carlos Prestes acerca do papel desempenhado por Antônio Maciel Bonfim na insurreição de novembro de 1935 são significativos para a análise do lugar ocupado pelo revolucionário baiano na memória comunista. Sobre o ponto em questão, destaque-se que, ao contrário de outros dirigentes do PCB, Luiz Carlos Prestes não escreveu trabalho de natureza autobiográfica. Como destacou Dênis de Moraes, o comandante da coluna, geralmente,

12 BASBAUM, 1976, p. 75-77.

13 Ibid., p. 138-139.

desenvolveu as suas avaliações de longo curso em extensos depoimentos a jornalistas, em diferentes conjunturas históricas. Por outro lado, a análise das entrevistas concedidas por Prestes após o rompimento com o Comitê Central do PCB, tornado público com a divulgação da *Carta aos comunistas*, em março de 1980, permite afirmar que “O Velho” imputou a boa parte da responsabilidade pelo fracasso do movimento aliancista ao caráter aventureiro e às inverdades disseminadas pelo secretário-geral Miranda.¹⁴

Assim, no curso de uma entrevista concedida ao semanário *Pasquim*, publicada nas edições dos dias 2 e 8 de novembro de 1979, instado pelo escritor Ziraldo a contar a sua versão sobre a “Noite da Intentona”, no Rio de Janeiro, Prestes não se fez de rogado:

Eu era simplesmente membro do partido, representando-o na Aliança Nacional Libertadora. O maior responsável pelo levante foi o secretário-geral do partido, Antônio Maciel Bonfim, o Miranda – que depois capitulou diante da polícia. Ele nos dava informações efetivamente falsas sobre a realidade, dizendo que os postes da Light já estavam minados, que toda a classe operária do Rio se levantaria. Quando recebi o primeiro telegrama do levante em Natal, mandamos procurá-lo. Na noite mesmo de 24 para 25 de novembro, tive contato com alguns militares das guarnições do Rio, mas não queria tomar nenhuma iniciativa sem consultar o secretário-geral. Isto retardou o levante aqui, que só pode se realizar na noite de 26 para 27 de novembro, quando a tropa já estava de prontidão. Se o levante tivesse sido imediato, na noite de 25, teria sido mais fácil.¹⁵

Nos anos seguintes, libertando-se do fardo da secretaria geral e em confronto aberto com a Direção Nacional do partido, o “Cavaleiro da Esperança” manteve alguns elementos da sua interpretação sobre os acontecimentos de 1935, ao tempo em que revisou outros. Com efeito, as declarações de Prestes inserem-se no contexto mais amplo das encarniçadas batalhas travadas acerca da história e da memória do PCB, já referidas neste artigo. Assim, no decorrer do longo depoimento que originou o livro *Prestes: lutas e autocríticas*, resultado de 15 encontros com os jornalistas Dênis de Moraes e Francisco Viana, realizados entre

14 MOREIRA, R. N. P. História e memória da Insurreição de 1935 nas entrevistas de Luiz Carlos Prestes. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo-RS, v. 4, n. 8, p. 266-278, dez. 2012. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.HistoriaeMemoriadaInsurreicao.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2013; MORAES, D. de (Org.). *Prestes com a palavra: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista*. Campo Grande: Letra Livre, 1997. p. 16-17.

15 MOREIRA, 2012, p. 245.

os meses de maio e dezembro de 1981, o legendário dirigente obteve a chance de apresentar mais um testemunho sobre a “Revolta Vermelha”. Como de praxe, negou taxativamente a versão segundo o levante foi preparado pela Internacional Comunista. “Não houve nenhuma orientação de Moscou para que a insurreição acontecesse. A responsabilidade é do nosso partido e do secretário-geral, Miranda, que transmitia informações falsas sobre o que estava acontecendo”.¹⁶

Aliás, durante o depoimento, Prestes não economizou juízos negativos acerca do secretário-geral do PCB, que, de acordo com a sua avaliação, não estava à altura dos acontecimentos:

Miranda mentia. Ele dizia: ‘Temos grande influência nas Forças Armadas no Rio’. Não era tanta assim [...] Bem, a questão militar era apenas uma das mentiras contadas por Miranda. Havia outras. Ele dizia que o partido tinha grande influência no movimento operário. Chegava a dizer que os postes da Light estavam todos minados, aguardando apenas a deflagração do levante para que fossem pelos ares. Era um elemento fantasioso. Depois é que eu vim descobrir que ele era um nacionalista, um ‘patrioteiro’, um pequeno-burguês que pensava ser a revolução uma coisa fácil. Tanto que depois do levante ele queria que A Classe Operária circulasse sem fazer referência ao que tinha acontecido. Ele pensava que podia abafar tudo com a simples omissão dos fatos no jornal do partido. Fomos nós, eu e o Berger, que lhe mostramos que era impossível abafar o levante. Era importante mostrar que tudo que acontecera fora um primeiro passo. Houve erros, o momento fracassou. Mas foi um movimento honesto, patriótico, o primeiro grande movimento contra a fascistização do país. Eu até hoje não renego 35. Miranda – este sim, o maior responsável pelo levante – o renegou: foi preso e passou a colaborar com a polícia.¹⁷

Em síntese, conforme o severo juízo de Luiz Carlos Prestes, enunciado mais de quarenta anos após o desenrolar dos acontecimentos, Antônio Maciel Bonfim foi o grande culpado pela acachapante derrota sofrida pelos comunistas e pela Aliança Nacional Libertadora em 1935,

Na madrugada de 23 para 24 de novembro – recorda-se Prestes –, eu recebi informe de um companheiro dando conta do levante de Natal. Há muitas versões sobre esse levante. Fala-se de provocação,

16 MORAES; VIANA, 1997, p. 83.

17 MORAES; VIANA, 1997, p. 87-88.

mas a verdade é que foi um movimento espontâneo, sem ordem da direção do partido. No dia seguinte, houve o levante no Recife. Eu achei que era o momento dos operários se sublevarem no Rio para dar apoio aos companheiros de Recife. Mas não queria tomar essa decisão sem consultar o secretário-geral do partido. Só no dia 25, à tarde, é que conseguimos encontrar Miranda. Fizemos uma reunião e decidimos que o levante seria na noite de 26 para 27 [...] A grande derrota do movimento foi a inexistência de participação popular. Não houve nenhuma greve operária. O movimento ficou restrito exclusivamente aos quartéis e fracassou. O esquema que Miranda dizia existir não passava de fantasia na cabeça dele.¹⁸

Não obstante, no decorrer do testemunho concedido por Prestes a Denis de Moraes e Francisco Viana, emergiu um ponto especialmente tenso a respeito das explicações acerca do “justiçamento” de Elza Fernandes:

– Eu não mandei matar Elza – assegura Prestes. O que ocorreu foi que a polícia ligou a morte dela a uma carta minha, escrita antes de ser preso, em que recomendava punição para os traidores. Quem mandou matar Elza foi o partido. Aliás, eu nem sabia da existência desse processo, porque Sobral Pinto não me comunicou. Eu lembro bem: antes do julgamento, Sobral Pinto me segredou no ouvido que eu seria absolvido. Eu indaguei: ‘E os demais?’ ‘Estes serão condenados’, ele respondeu. Não aceitei isso. [...] Eu acabei sendo condenado a 30 anos, embora estivesse absolvido. Quem lê a sentença percebe claramente que o juiz transformou, no último momento, a absolvição em condenação. Eu realmente merecia ser absolvido, porque não tinha nada com o crime – um ato brutal que devia ser evitado. O Honório, quando foi preso, confessou sua responsabilidade. Outros membros do partido também.¹⁹

A versão de Prestes acerca do “caso Garota” se tornou muito mais difícil de aceitar após a revisão historiográfica que se seguiu à queda do Muro de Berlim e ao colapso da União Soviética.²⁰ Para começar, o “Cavaleiro da Esperança” omitiu a extensa troca de correspondências com o Secretariado Nacional do PCB, ao longo dos meses de fevereiro e março de 1936, pouco depois da saída de Elza da cadeia, e a intensidade com a qual recomendou o castigo para a “traidora”, a exemplo da missiva datada de 19 de fevereiro

18 MORAES; VIANA, p. 96-97.

19 Ibid., p. 116-117.

20 VIANNA, 1997, p. 388-396; WAACK, 1993, p. 292-300.

de 1936, na qual Prestes demonstrou irritação para com a resistência dos dirigentes comunistas no cumprimento da tarefa macabra, a saber:

– Companheiros do S.N. – Recebi ontem o bilhete de M. (Honório de Freitas Guimarães), assim como os supostos bilhetes do Miranda (Antônio Maciel Bonfim). Fui dolorosamente surpreendido pela falta de resolução e vacilação de vocês. Assim não se pode dirigir o Partido do Proletariado, da classe revolucionária. Mesmo sem conhecer os originais dos supostos bilhetes do Miranda, já ontem formulei minha opinião a respeito do que precisamos fazer. Mas supondo que os bilhetes são realmente do punho do Miranda (estou convencido do contrário, com explicarei abaixo), como chegar às conclusões de vocês? Por que modificar a decisão a respeito da ‘Garota’? Que tem a ver uma coisa com outra? Há ou não há traição por parte dela? É ou não é ela perigosíssima ao Partido, como elemento inteiramente ao serviço do adversário conhecedora de muita coisa e testemunha única contra um grande número de companheiros e simpatizantes. Se vocês julgam que serão verdadeiros, como podem classificar isso de ‘franquezas’ do nosso companheiro ‘Mir’? Traição é traição e quanto maior mais responsável o traidor. Mas voltemos ao caso da pequena. Com plena consciência de minha responsabilidade, desde os primeiros instantes tenho dado a vocês a minha opinião sobre o que fazer com ela. Em minha carta de 16 sou categórico e nada mais tenho a acrescentar nem creio que os últimos bilhetes possam modificar uma tal decisão. Por isso não compreendo as vacilações de vocês. O ‘S.N.’ é soberano e suas decisões não devem ficar ‘à espera da opinião de vocês que deve ser definitiva’. Uma tal linguagem não é digna dos chefes do nosso Partido, porque é uma linguagem dos medrosos, incapazes de uma decisão, temerosos ante a responsabilidade. Ou bem que vocês concordam com as medidas extremas, e neste caso já as deviam ter resolutamente posto em prática ou então discordam mas não defendem como devem tal opinião. Não é possível dirigir sem assumir responsabilidades. Por outro lado, uma direção não tem o direito de vacilar em questões que dizem respeito à defesa da própria organização. Vocês compreenderão a veemência destas linhas, porque elas traduzem com franqueza necessária toda a minha tristeza frente às vacilações da direção em cujas mãos está o futuro da revolução no Brasil.²¹

21 EXECUTADA por determinação de Luiz Carlos Prestes. *Estado da Bahia*, Salvador, p. 1-5, 19 abr. 1940. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

Segundo Marly Vianna, o destino de Elza estava selado, “a questão colocava-se de forma simples, para o general da coluna: estava-se numa guerra e numa guerra desertores e traidores devem ser submetidos a julgamento sumário e eliminados”. Assim, a companheira de Miranda, suspeita de ser informante da política, foi estrangulada por Francisco Natividade Lyra (*Cabeção*), auxiliado pelos dirigentes e militantes Honório de Freiras Guimarães (*Martins*), Eduardo Ribeiro Xavier (*Abóbora*), Adelino Deícola dos Santos (*Tampinha*) e Manoel Severiano Cavalcanti (*Gagui-nho*). Em seguida, o corpo da moça foi colocado em um saco e enterrado no quintal da casa em que residia Deícola, no subúrbio carioca de Deodoro, no início de março de 1936.²²

Em abril de 1940, todo o Secretariado Nacional do PCB foi preso, a partir das confissões extraídas pelos agentes da repressão, a polícia descobriu o local do sepultamento, exumou o cadáver de Elza e reconstituiu-se o crime, foi feita a cobertura do caso pelos jornais, além de ter sido filmado e exibido nos cinemas do país, a execução da “Garota” proporcionou farto material para a indústria do anticomunismo.

Prestes foi libertado em abril de 1945, com a decretação da anistia dos presos políticos do Estado Novo. Até o final da vida, o comandante da Coluna Prestes negou participação na morte da companheira de Miranda, em que pese ter sido condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a mais 30 anos de prisão, acusado de ser o mandante do assassinato de Elvira Cupelo Colônio, Não obstante, o espectro do “caso Elza” atormentou a sua consciência “[...] foi o único assunto que durante as entrevistas Prestes deixou sem resposta. Quando perguntado sobre o caso, por duas vezes, sua resposta foi: ‘Não, não, isso foi depois’ e mudou de assunto”.²³

Assim, é plausível assinalar que, tendo em vista o peso simbólico dos testemunhos de Prestes, cristalizou-se, na memória comunista e na historiografia das organizações brasileiras de esquerda, uma imagem negativa de Miranda, responsabilizado pelo fracasso do movimento de novembro de 1935 e estigmatizado como delator dos companheiros e traidor do Partido. Portanto, a julgar pelas evidências analisadas, o estabelecimento de uma justa memória acerca de Antônio Maciel Bonfim demanda esmiuçar as reminiscências do “Cavaleiro da Esperança”.

22 VIANNA, 1997a, p. 393-395.

23 VIANNA, 1997, p. 393.

OS HIATOS DE UMA BIOGRAFIA

A desqualificação da imagem do revolucionário baiano somam-se as lacunas na sua biografia. As informações atinentes à trajetória intelectual e à formação política do “célebre Miranda” são, para dizer o mínimo, sucintas. A este respeito, Leôncio Martins Rodrigues, não obstante a realização de uma pesquisa complexa, abarrotada de dados biográficos referentes aos quadros mais expressivos do PCB, identificou o secretário-geral tão somente como “ex-sargento nascido no interior da Bahia”. Por sua vez, Marly Vianna, citando as memórias de Leôncio Basbaum, destacou que Bonfim se dizia “professor das primeiras letras no interior da Bahia”. A autora, referenciada nas lembranças de Heitor Ferreira Lima (1905-1989), destacou que Miranda, professor primário de uma escola da Estrada de Ferro Leste Brasileiro, quando lhe convinha, dizia-se “operário ferroviário”. Finalmente, Salomão Barros (1899-1986), na obra *Vultos e feitos do município de Alagoinhas* (1979), com o propósito de homenagear os “dedicados lutadores” que atuaram na imprensa local, esboçou uma concisa nota biográfica da personagem: “Antônio Maciel do [sic] Bonfim – natural de Irará, BA. Professor de Cursos Secundários em várias Casas de Ensino de Alagoinhas. Foi redator do ‘Correio de Alagoinhas’. É falecido”.²⁴

As informações relacionadas ao desaparecimento de Antônio Maciel Bonfim também são escassas, confusas e desconstruídas. Por exemplo, Carlos Lacerda assinalou que *Miranda* “acabou católico e secretário de um sindicato de fabricantes ou comerciantes de materiais de construção”. Quanto a Fernando Moraes, criou um dado biográfico de Antônio Bonfim que não encontra respaldo na documentação investigada durante a pesquisa. Por conta de uma informação oral, seduzido pela ideia segundo a qual o indulto concedido a Prestes foi acompanhado pela libertação dos demais presos políticos implicados na Intentona Comunista, ou, ainda, em razão de mero *insight*, Moraes consignou: “Anistiado em 1945, Antônio Maciel Bonfim, o Miranda, caiu na mais completa obscuridade política. Morreu tuberculoso em Alagoinhas, interior da Bahia”. Não obstante, conforme as anotações dispostas no Prontuário GB 1890 da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), Miranda, após cumprir pena de 4 anos, 6 meses e 6 dias, foi libertado em 19 de julho de 1940 – portanto,

24 RODRIGUES, 2009, p. 378; VIANNA, 1997, p. 71, 146; BARROS, S. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador: Artes Gráficas, 1979. p. 297-298.

cinco anos antes do período estabelecido pelo biógrafo de Olga Benário Prestes.²⁵

Por sua vez, William Waack limitou-se a condensar as informações presentes nas obras de Carlos Lacerda e Fernando Moraes, registrando que, alquebrado e pobre, Antônio Bonfim foi para o interior da Bahia, tornando-se muito religioso. Após dirigir por alguns meses um sindicato católico, morreu, no final da década de 1940, em Alagoinhas. Para tomar de empréstimo uma fórmula utilizada pelo jornalista Sérgio Rodrigues, a ruína pessoal, a obscuridade política e o falecimento de Bonfim podem ser descritos nos seguintes termos:

Consta que o ‘viúvo’ de Elza não demorou a voltar para a Bahia, onde teria morrido cedo. Ninguém sabe dizer exatamente onde ou quando. É como se, em vez de morrer propriamente, Miranda tivesse virado um fantasma pouco a pouco.²⁶

As lacunas biográficas e a necessidade de buscar indícios relacionados à trajetória de Antônio Maciel Bonfim no período que antecedeu à sua transformação no “célebre Miranda” impulsionaram o autor deste artigo a investigar a presença do militante comunista nas páginas dos jornais baianos do final dos anos 1920. Com efeito, no corpo de um trabalho anterior, constatou a participação do sertanejo de Irará em veículos da imprensa baiana, a exemplo do jornal *Correio de Alagoinhas*; evidenciou a movimentação da Liga de Ação Revolucionária, em Salvador, inclusive promovendo reuniões no bairro periférico da Massaranduba; identificou a correspondência e as divergências que já prenunciavam as difíceis relações entre Bonfim e Prestes nos anos seguintes; e, finalmente, localizou a mais antiga referência ao militante revolucionário nos jornais consultados, datada de 10 de setembro de 1929.²⁷

25 LACERDA, 1987, p. 37, 50; MORAIS, 1997, p. 299; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Prontuário GB 1890, anotações diversas, p. 4.

26 WAACK, 19993, p. 346; RODRIGUES, S. *Elza, a garota*: a história da jovem comunista que o Partido matou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 116.

27 MOREIRA, R. N. P. No rastro de Miranda: convite a uma investigação histórica sobre a trajetória de Antônio Maciel Bonfim. In: SILVA, P. S. (Org.). *Desarquivamento e narrativas*: história, literatura e memória. Salvador: Quarteto, 2010. p. 31-46; ANTONIO Bonfim e o comunismo. *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas, p. 1, 20 set. 1930. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais; CUIDEM, agora, de outra vida! *Diário de Notícias*, Salvador, p. 1, 27 set. 1930. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais; HOSPEDES e viajantes. *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas, p. 1, 10 set. 1929. Centro de Documentação e Memória de Alagoinhas (CENDOMA). Acervo: Jornais; O “COMLOT” comunista. *A Tarde*, Salvador, p. 10, 17 set. 1930. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Acervo: Jornais; O OLHO de Moscou! *Diário de Notícias*, Salvador, p. 1, 16 set. 1930. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais; O OLHO de

Por outro lado, ressalte-se que existem evidências e informações sobre a biografia de Antônio Maciel Bonfim, ainda insuficientemente pesquisada no seu Prontuário da DESPS, localizada no Fundo Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. A propósito, conforme destacaram Caroline Silveira Bauer e René E. Gertz, o trabalho dos historiadores com as fontes depositadas nos arquivos dos regimes repressivos apresenta especificidades que vão desde as dúvidas sobre sua existência, passando por sua organização, preservação e difusão, questões que extrapolam os limites da arquivística e atingem os âmbitos ético e político. No que concerne ao caso em tela, a leitura da documentação permitiu estabelecer que Antônio Maciel Bonfim foi preso duas vezes, em 21 de julho de 1931 e 22 de janeiro de 1932, na capital da República, identificando-se perante a autoridade policial através do pseudônimo Américo Carvalho. Ademais, em uma nota à margem das fontes citadas, consta que o revolucionário foi recolhido à Casa de Detenção em 23 de janeiro de 1932. A anotação pode ser um indício de que Bonfim realmente foi preso e seria deportado para o Uruguai, como relatou na carta aos dirigentes comunistas, referida (com enorme desconfiança) por Leôncio Basbaum?²⁸

No *corpus* investigado, emergiu outra evidência original, que até então ausente dos estudos que mencionam a trajetória do militante baiano, o artigo “Alguns aspectos econômicos da Bahia”, elaborado pelo jornalista Antônio Bonfim, datado de junho de 1941, prontamente apreendido pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Por irônico que pareça não se tratava de um panfleto de agitação ou propaganda subversiva, mas um trabalho encomendado ao autor pela revista oficial *Cultura Política*, diretamente vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo. Naquele ano, o periódico resolveu lançar a seção “O trabalho e a economia nacional”, “destinada ao estudo amplo de todos os problemas do trabalho, da riqueza e da produção nacionais”. Talvez, através da influência de um antigo companheiro de ideias (Edmundo Moniz?), Miranda ganhou a empreitada, mas também atraiu a atenção dos vigilantes prepostos do aparelho repressivo varguista. Em setembro, o texto apreendido pela DESPS foi publicado na edição de n.º 7 da revista de *Cultura Política*. Mas, como a seção era constituída a partir de uma série de artigos editoriais, cuja direção à revista “confiou a um corpo de redatores

Moscú visando o Brasil. *Diário de Notícias*, Salvador, p. 1, 17 de set. 1930. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais.

28 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Prontuário GB 1980, documentos 1-9.; BAUER, C. S.; GERTZ, R. E. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 173-193.

especializados em assuntos de economia, trabalho e produção”, o nome do articulista foi omitido – privando Antônio Maciel Bonfim do reconhecimento pelo esforço intelectual que resultou na elaboração do opúsculo.²⁹

Um elemento significativo presente na documentação diz respeito ao interesse da “comunidade de informações” constituída pela ditadura civil-militar (1964-1985) acerca do destino de Miranda. Em 5 de abril de 1978, a Agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações (SNI) emitiu o pedido de busca número 250/70/ARJ/78, cujo assunto dizia respeito a Antônio Maciel Bonfim. O documento também foi difundido aos órgãos de inteligência do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, além da Delegacia Geral de Investigações Especiais (DGIE) da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Em linhas gerais, o pedido de busca solicitava os antecedentes do nominado e outras informações julgadas úteis. Especialmente, a DGIE se empenhou na busca às referências solicitadas. Em 17 de abril do mesmo ano, o funcionário designado para a tarefa, identificou na ficha de pesquisa o Prontuário 1890 como fonte para obter os subsídios demandados pelo SNI. Curiosamente, o policial registrou, na parte superior da ficha, a idade presumida do subversivo: 73 anos. Em 27 de abril, a DGIE conclui a investigação, limitando-se a repetir os dados constantes no prontuário. O resultado pífio da pesquisa encontrou a sua mais completa tradução na frase que encerrou o documento enviado à Agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações, a saber: “É antigo militante comunista, tendo vasta atuação em prol da ideologia vermelha”. Resumo da ópera: em 1978, nem mesmo o poderoso SNI tinha acesso a informações seguras acerca do paradeiro do famoso Miranda.³⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, destaque-se que a análise sobre a trajetória de Antônio Maciel Bonfim ratifica a necessidade das investigações agregadas sob a rubrica “História Regional e Local”. Ou seja, uma pesquisa consistente acerca das aventuras e das desventuras de Miranda, no Rio de Janeiro e em Moscou, também demanda esquadriñar as experiências do jovem Bonfim em Alagoinhas e Salvador. Finalmente, sublinhe-se, que, durante

29 BONFIM, A. Alguns aspectos econômicos da Baía. Rio de Janeiro: [s.n.], jun. 1941. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; A ECONOMIA dos estados. I) Baía. *Cultura Política: Revista mensal de estudos brasileiros*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 167-184, set. 1941.

30 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Prontuário GB 1890, documentos 42-45.

mais de meio século, o antigo dirigente do PCB carregou a culpa pelo fracasso da “Revolta Vermelha”. Na contemporaneidade, a revisão histórica dos fatos de 1935 permite reavaliar o itinerário de um indivíduo que foi transformado em farrapo humano pelo aparelho repressivo do Estado brasileiro e submetido a um impiedoso processo de liquidação política pelos companheiros de partido.